



Rebeldia com horizonte de emancipação ou pela proteção do trabalho?

BRAGA, Ruy. *Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017. 269 p.

Franci Gomes Cardoso¹

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Ruy Braga é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor livre-docente e chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Foi diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/USP). É um dos organizadores de *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (2010) e autor de *A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (2012), dentre outras produções acadêmicas com centralidade na análise da reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a nova configuração do proletariado.

Sintonizada com os objetivos, inquietações e premissas de Ruy Braga, na análise que desenvolve em sua obra supracitada, pretendo nesta resenha: captar a concepção do autor sobre precariado, seus determinantes e determinações constitutivas no seu processo de

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-doutorado em Serviço Social e Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora aposentada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e vinculada ao quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGP) da UFMA e professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: cardosofranci@uol.com.br

formação e suas lutas no Sul global; apreender as formas de convergências, divergências e direção dessas lutas nos países em que foram analisadas e as particularidades destacadas pelo autor em cada um desses países.

Neste momento histórico de expressiva barbárie mundial, em particular no Brasil onde as regressões do trabalho se ampliam, acirrando sua alienação e exploração inerentes ao capitalismo e avançando, perversamente, na destruição das conquistas trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores, Ruy Braga apresenta ao mundo acadêmico-político sua instigante e desafiadora obra: *A Rebelião do Precariado - trabalho e neoliberalismo no Sul global*.

Com bastante ousadia acadêmica e política o autor expressa a sua visão sobre o caráter histórico do trabalho, destacando processos que se acrescentam às suas relações tradicionais, considerando, portanto, a precariedade que, hoje, se constitui a regra das relações de trabalho no contexto do neoliberalismo no Sul global. Esta expressão utilizada no subtítulo da obra é interpretada pelo autor, para além da dimensão geográfica, como algo semelhante à espoliação social, capaz de abarcar “[...] tanto os processos de exploração nacional, dirigidos pelas forças de financeirização, quanto as batalhas por projetos alternativos de mudança social e política.” (p. 30). O Sul global é ainda utilizado na obra, como uma forma de localizar as lutas sociais em regiões e países semiperiféricos submetidos às políticas de espoliação impostas pela globalização financeira. Em síntese, essa expressão tem, para o autor, uma dimensão política ligada aos protestos e denúncias de relações de exploração e opressão e espoliação imposta pelo Norte global à semiperiferia do sistema.

Para Cahen², autor do prefácio da obra, o livro de Ruy é autenticamente internacionalista, porque além de ser um trabalho de sociologia comparada, analisa as lutas sociais destacando uma nova força social – o precariado – no âmbito de um pensamento político global, questionando a respeito das “[...] possibilidades da emancipação em escala planetária, quando isso se mostra possível, ou ao menos, na escala de alguns países, quando isso fornece uma ferramenta analítica mais prontamente utilizável.” (p. 14).

²Michel Cahen é diretor de pesquisa do Centre de la Recherche Scientifique (CNRS), no Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux e pesquisador da casa de Velázquez (Madri/Lisboa).

Nessa direção, Ruy Braga desenvolve uma análise comparativa entre as políticas implementadas no Brasil, África do Sul e Portugal, no movimento global do capitalismo contemporâneo. A razão pela qual o autor da obra compara esses países é, segundo ele, o fato de haver, em certo nível analítico, uma unidade entre esses países: todos são da semiperiferia ou do Sul global.

O objetivo do autor, nessa análise, é revelar a precariedade dos modos de vida e de trabalho dos subalternos e a relação entre o avanço do neoliberalismo e a renovação das lutas sociais. Para tanto, a noção de precariedade laboral se coloca como central no seu processo investigativo, haja vista a dimensão que ganhou nos últimos trinta anos, principalmente a partir, segundo ele, do enfraquecimento do sindicalismo fordista, cuja crise se constitui do ponto de vista das classes subalternas, um dos mais notáveis subprodutos da globalização capitalista.

Para Ruy Braga, trata-se de uma crise do poder associativo dos trabalhadores, que tem desdobramentos sobre os partidos reformistas ligados, em termos gerais, com o sindicalismo fordista. Acrescenta, ainda, que em escala global, apesar de alguns avanços e recuos sazonais, a densidade sindical é declinante.

O autor considera, também, que embora tal realidade seja desigual entre os países, é necessário partir da constatação de que “[...] as formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizativas fordistas já não são mais eficazes para alterar os rumos desse declínio, enquanto novas experiências organizativas estão ainda em seus estágios embrionários.” (p. 26).

Esse momento de transição está diretamente relacionado à transformação da própria composição da classe trabalhadora em escala global. Acrescenta a esse fato, que a crescente deterioração da relação salarial fordista e o aumento do desemprego em vários regiões e países implicaram o crescimento da informalidade laboral, o que afasta os trabalhadores da proteção trabalhista, intensifica a rotatividade, estimula o trabalho intermitente e os contratos de trabalho se tornam cada vez mais precários e individualizados.

Considerando esse quadro, não deixa de ser surpreendente que o encontro entre a neoliberalização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho tenha sido

acompanhado pela intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta.

A respeito dessas lutas, Ruy Braga acrescenta que os protestos atuais se desenvolvem em torno da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, dos cortes salariais, dos ataques à previdência social, das reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho. Os novos movimentos protagonizados por jovens trabalhadores desempregados, ou subempregados, representam um desafio à relação conflituosa entre regulação política e acumulação econômica, determinada, sobretudo, pelo aprofundamento da mercantilização do trabalho, que tem sido uma fonte de precarização da condição proletária e estímulo aos contramovimentos sociais em escala nacional.

Na análise desses processos políticos e econômicos, nos países do Sul global, a premissa geral de Ruy Braga é que o crescimento do precariado, isto é, o aprofundamento da precarização da condição proletária nesses países “[...] tem tensionado a regulação burocrática criada pelos Estados nacionais e pelo sindicalismo tradicional para absorver os antagonismos classistas nos limites da cidadania salarial, multiplicando conflitos insolúveis no interior do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado.” (p.31).

Esse crescimento do precariado global tem sido acompanhado por uma violência, também crescente, com o objetivo de assegurar a reprodução ampliada da exploração e da espoliação social.

Na análise da inquietação social do precariado pós-crise da globalização no Sul global, o entendimento de Ruy Braga, é de que a característica mais marcante da acumulação capitalista é a permanente transição da centralidade de acumulação por exploração econômica para a centralidade da mercantilização do trabalho, da renda e do dinheiro e vice-versa. Com essa concepção, busca apoio em David Harvey (2004, 2016), que, em seu projeto de reconstrução da teoria de Marx à luz das contradições do capitalismo contemporâneo, defende a tese de que “[...] no centro daquilo que define fundamentalmente o capitalismo, existe uma economia baseada na espoliação.” (p. 246).

Para Harvey (2016), a acumulação capitalista apoia-se em dois processos mutuamente dependentes: a exploração econômica do trabalho assalariado nos locais de produção de mais valor (o sa-

lário representa cada vez uma fração menor do valor produzido) e a espoliação violenta dos setores não totalmente mercantilizados da economia (o desaparecimento progressivo dos antigos direitos trabalhistas, os ataques ao sistema público de saúde, ao seguro desemprego, aos direitos à aposentadoria, etc.).

Em síntese, a natureza específica da mercantilização contemporânea torna-se mais definida com o emprego do conceito de espoliação, para interpretar a neoliberalização que desorganizou os sistemas de proteção social do fordismo. Para Braga, a vantagem adicional em empregar a teoria da acumulação por espoliação, consiste em acolher a afinidade dialética entre a mercantilização e a exploração do trabalho, evitando tanto a relativa homogeneização dos diferentes tipos de intervenção do Estado quanto a ausência de uma teoria dos movimentos sociais capaz de servir como referência para a apreensão da estrutura do contramovimento.

A esse respeito, uma das conclusões de Ruy Braga após analisar os três países - Portugal, África do Sul e Brasil - é que

[...] a teoria do duplo movimento segundo a qual a devastação mercantil é seguida por um único contramovimento em favor da desmercantilização regulada deveria ser transferida de sua atual posição hegemônica na agenda dos estudos sobre a classe trabalhadora global para uma posição subsidiária à teoria marxista da acumulação capitalista. (p. 247).

Na análise de Braga, o neoliberalismo se constitui uma forma de dominação apoiada na espoliação não só do excedente econômico, quanto dos direitos sociais dos trabalhadores. Assim, nesses três países analisados o neoliberalismo vertebrava um tipo de política, cujo objetivo é ampliar a mercantilização de setores da produção e da vida social por meio de medidas adotadas pelo próprio Estado.

Foram observadas, ainda, na análise do autor, intervenções Estatais que promovem o mercado regulador com ataques aos direitos universais, ampliando o campo do protesto social. Assim, nas manifestações contra o acesso insuficiente aos bens essenciais que a limitação ou mesmo eliminação de direitos promove, as classes subalternas são violentamente reprimidas pelo Estado.

No momento atual de crise da globalização, as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal tendem a promover crises de regulação com capacidade de estimular revoltas contra as formas de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro.

Nesse quadro, a hipótese perseguida pelo autor é a de que “[...] a resistência às políticas de espoliação, ou seja, os movimentos insurgentes em escala nacional que se multiplicaram pelo Sul global após 2008, se apoiam, sobretudo, nos setores precários das classes trabalhadoras nacionais.” (p. 223).

Ruy Braga identifica tensões entre o precariado urbano e a burocracia sindical, entretanto argumenta não existir uma contradição de fundo que oponha os interesses dos trabalhadores precários aos trabalhadores organizados. Em sua análise, aponta que do mesmo modo que ocorreu em Portugal, quando a mobilização de jovens precários desafiou o sindicalismo tradicional, o exemplo sul-africano revelou que, mesmo em condições de fusão do aparelho sindical ao Estado, uma ação sindical renovada pela mobilização das bases é capaz de alcançar vitórias em questões de interesses dos trabalhadores. Se em Portugal o precariado deparou com um sindicalismo permeável aos movimentos sociais, na África do Sul os trabalhadores terceirizados enfrentaram um poder refratário à participação democrática, além de centralizado pelo Estado. Mesmo assim, em ambos os casos é possível identificar que será por meio da pressão dos jovens trabalhadores precários que o sindicalismo encontrará recursos para superar sua crise.

O autor sustenta, ainda, que “[...] a reinvenção democrática do movimento sindical fortalecerá a mobilização do precariado, elevando-o a um patamar superior em termos de organização política.” (p. 222).

No caso brasileiro, Ruy considera um exemplo intermediário entre a mobilização de precários com relação subjetiva orgânica e objetivamente alinhada aos interesses do movimento sindical e uma relação inorgânica subjetiva e objetivamente contrária aos interesses burocráticos de um sindicalismo sob o controle do Estado e do mercado, com no caso sul-africano.

Ainda referindo-se ao Brasil, o autor argumenta que, em contraste com os casos português e sul-africano, a atual ação coletiva dos trabalhadores precários no país caracteriza-se por ser, em termos gerais, subjetivamente inorgânica, porém objetivamente alinhada aos interesses dos sindicatos no país.

Há, de fato, a formação e ampliação do precariado pós-for-dista, claramente perceptível nas tendências relativas ao aumento da

terceirização e deterioração das condições de trabalho impostas pelo regime de acumulação, às classes subalternas, mas no que tange à ação coletiva desses trabalhadores, o mesmo não pode ser afirmado. Neste particular, Ruy analisa as jornadas de junho, como desafio do precariado e argumenta que essas jornadas evidenciaram um protagonista social – o jovem precariado urbano – o que se aproxima da tradição de mobilização das classes subalternas no país. Trata-se, de uma tradição, cuja tendência é aproximar o jovem precariado urbano dos setores mais organizados da classe trabalhadora brasileira, em especial os sindicatos.

Ruy acrescenta, ainda, que no Sul global coube ao precariado em aliança com o trabalho organizado, “[...] a tarefa de impulsionar tanto o movimento de emancipação, quanto o de proteção social contra as investidas da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, ainda que os resultados colhidos sejam muito desiguais.” (p. 251-252). Enfim, deve ser reconhecida tanto a situação defensiva em que se encontra inserido o movimento sindical, quanto a centralidade política das novas lutas de resistência dos trabalhadores. Tal perspectiva, além de reconhecer a importância das insurgências contemporâneas contra a dominação do capital financeiro, tem a vantagem de valorizar a interação entre a proteção e a emancipação na agenda das forças sociais do trabalho. A tendência dos novos movimentos sociais impulsionados pelo precariado global é de se aglutinarem na defesa de uma agenda universalista dos direitos sociais e trabalhistas, que continua sendo o embrião de qualquer projeto internacionalista operário, pela sua capacidade de articular as forças de proteção e participação, contrárias às ameaças da mercantilização. O avanço desse projeto depende da capacidade de superação, pelo precariado, de suas limitações estratégicas e da internacionalização de sua experiência política.

A análise de Ruy Braga, sobre o precariado, me remete aos estudos realizados em meu livro *Organização das Classes subalternas: um desafio para o Serviço Social* (1995) considerando o meu entendimento da concepção do autor sobre essa nova força social, enquanto um estrato dessas classes.

Nesse livro, para precisar a minha concepção sobre classes subalternas, parto da premissa de que a condição de subalternidade é determinada pelo lugar que estratos dessas classes, numa sociedade capitalista, ocupam no conjunto das relações de produção e nas re-

lações de poder. Numa sociedade em que os meios de produção são propriedade privada, a distinção primeira e fundamental é entre classe capitalista, a que detém a propriedade dos meios de produção e classe proletária que, não possuindo tal propriedade, é constrangida a vender sua força de trabalho aos detentores do capital ao capitalista. A partir dessa distinção básica entre classe dominante capitalista e classe proletária subalterna, é possível efetuar outras distinções e novas inclusões dos trabalhadores improdutivos, os subempregados precarizados e os desocupados, os quais têm se encontrado à margem da própria divisão classista da sociedade burguesa, mas, a meu ver, estão incluídos, na condição de subalternidade.

Assim, a condição de subalternidade, na sociedade capitalista, resulta, fundamentalmente, da não propriedade dos meios de produção, o que, por sua vez, determina as demais formas de dominação (política e ideológica) no conjunto das relações de poder.

Nesse ponto de vista, incluem-se, no âmbito das classes subalternas, todos os segmentos ou estratos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital, no conjunto das relações de produção e das relações de poder: assalariados dos setores caracterizados como primário secundário e terciário (precarizados ou não); e os desempregados.

Nesse contexto das classes subalternas inclui o precariado, o qual surge com a precarização de sua condição de proletariado, por meio da exploração por extração de mais valor e da exploração por espoliação, de acordo com a apreensão feita da análise de Ruy Braga, da qual compartilho, sobretudo, no que tange ao potencial mobilizador das ações coletivas articuladas por essa nova força social, estimulando revoltas contra as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal e direcionadas, tanto à emancipação, quanto à proteção social do trabalho.

Por fim, devo ressaltar que a obra de Ruy Braga *A Rebelião do Precariado-trabalho e neoliberalismo no Sul global* estimula o leitor para sua leitura, a partir do próprio título e pela sua perspectiva de análise política e teórico-metodológica, do ponto de vista das classes subalternas. É uma obra densa, do ponto de vista histórico-conceitual e com muita clareza de exposição, o que permite o acesso amplo a diferentes segmentos com formações diversificadas. Considero uma produção acadêmico-política bastante relevante para

o debate no âmbito da universidade e de espaços organizativos das classes subalternas, pela sua atualidade e direção política.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. G. Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora; Maranhão: EDUFMA, 1995.

HARVEY, D. 17 Contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.